



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Documentação Pedagógica: experiências com projetos

Sinop, v. 9, n. 1 (23. ed.), p. 284-301, jan./jul. 2018

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: estudo sobre as práticas pedagógicas¹

Milton Bispo de Souza

Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop/MT - Brasil

RESUMO

O interesse da pesquisa surgiu a partir do intuito em verificar as práticas pedagógicas existentes no ambiente escolar principalmente na pré-escola, com relação as discussões acerca da Lei 10.639/03 e suas aplicabilidades no ambiente escolar. Considerou-se nesta investigação a trajetória de escolarização, a cultura e traços fenotípicos da criança negra na educação infantil. A pesquisa foi qualitativa-investigativa. Conclui-se que a escola trabalha muito pouco esse tema, não cumprindo o que determina a lei 10.639. As professoras reconhecem a importância de se trabalhar, mas as atividades realizadas envolvendo o tema ficam restritas a semana da consciência negra.

Palavras-chave: Educação Infantil. Lei 10.639/03. Práticas Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é constituído por uma pesquisa em que o objetivo foi investigar as práticas pedagógicas desenvolvidas no espaço escolar acerca da Lei 10.639/2003 e as discussões acerca das relações étnico raciais presentes nas atividades diárias das professoras que atuam na Educação Infantil na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) no município de Sinop/Mato Grosso.

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ESTUDO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, sob a orientação da professora Ma. Ivone Alexandre de Jesus, Curso de Pedagogia, Faculdade-de-Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2017/2.

A pesquisa foi realizada através de observação e aplicação de questionário entregues as professoras da Educação Infantil e gestoras da instituição. A pesquisa foi fundamentada pelos autores que abordam a temática relações raciais, educação e infância Cavalleiro (2000), Fazzi (2004) e Alexandre (2006). A intenção com a pesquisa foi analisar as práticas pedagógicas acerca da diversidade racial presente no ambiente escolar, discutindo também políticas públicas, conceitos de preconceito e racismo entre outros pertencentes ao tema.

O interesse da pesquisa surgiu a partir da curiosidade em verificar as práticas pedagógicas existentes no ambiente escolar principalmente na pré-escola, com relação as discussões acerca da Lei 10.639/03 e suas aplicabilidades no ambiente escolar. Levando em consideração que a Lei nº 10.639/03, garante o ensino da História da África e dos africanos. É pertinente que na educação infantil a criança seja apresentada a temas relacionados as questões raciais, pensando que é na educação infantil que a criança começa o processo de formação para ser um sujeito histórico e protagonista de sua história.

Tendo a escola papel importante na formação da criança, é necessário que se trabalhe o preconceito e as relações étnicos raciais, como mecanismo de prevenção ao racismo e as atitudes que oprimam e subestime as crianças negras no espaço escolar. Segundo o IBGE de 2014, 54% dos brasileiros se declararam negros. Sendo a maior parcela da população brasileira negra, é fundamental que a escola assuma um papel de mediador de ações que combatam o racismo, partindo da ideia que a criança aprende por meio de suas relações com o meio

Discutir as relações étnico-raciais, seja ela na sua singularidade ou na coletividade, deve ser uma construção diária, envolvendo todos os sujeitos envolvidos, corpo escolar, crianças, pais e a sociedade de forma geral, processo que gradativamente, cria um elo entre os sujeitos envolvidos, a identidade de cada cultura. Segundo Maheire (2002), o sujeito ou a identidade do sujeito “são construídos por oposições, conflitos e negociações, sendo constantemente inventada por estes sujeitos, em um processo aberto, nunca acabado”. Assim é importante o reconhecimento do processo histórico que prioriza a necessidade de no atual cenário histórico, em que o negro sofre impactos com relação a sua origem principalmente em situações de racismo, preconceito e de invisibilidade no ambiente escolar.

Quando a escola desenvolve práticas e desenvolve atividades relacionadas ao tema racismo, é importante que seja planejado um ambiente socializador, interativo e se possível que traga experiências pessoais dos envolvidos. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Pluralidade Cultural e orientação sexual é necessário que a escola ofereça um ambiente em que haja respeito, valorização e aceitação de cada indivíduo (BRASIL, 2002).

Considerando que o educador em tem um papel importante no que diz respeito a orientar a criança e principalmente superar experiências de preconceito racial, criar meios para a compreensão da identidade do negro na sociedade, abrir espaço para o compartilhamento de vivências e o mais fundamental para o êxito do processo, contribuir para que a criança negra se sinta valorizada.

2 APRESENTANDO A LEI 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003, AS DIRETRIZES NACIONAIS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS A SECAD E SEPPIR

A partir de denúncias de racismo vividos por pessoas negras, o movimento negro, passou a cobrar políticas públicas que reverteresse a história de desigualdade entre negros e brancos. Assim em 09 de janeiro de 2003, o então presidente da república promulgou a lei 10.639/03.

A LDB nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade na temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências, posteriormente ela foi novamente alterada pela Lei nº11.645/08 que também passou a incluir o ensino da cultura indígena. Em nossa análise vamos focar os artigos que se referem a população negra inscrito na Lei nº10.639/03 altera a Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Uma outra mudança significativa foi a inclusão no calendário escolar no Art. 79-B que passará a incluir o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. A partir dessa mudança, as escolas passaram a ser cobradas no sentido

que em seu currículo essa temática fosse incorporada pelos professores. Historicamente a diversidade populacional nunca interessou, a não ser no período da escravidão, onde negros foram escravizados e usados como mão de obra escrava. A partir da abolição da escravatura, os negros foram postos à mercê da própria sorte. Essa denominação reflete um currículo que mostra somente um lado que faz nossa sociedade, o branco.

Na educação brasileira, é pouca expressiva a reflexão acerca dos assuntos relacionados as relações raciais, essa invisibilidade no currículo escolar gera um universo onde as relações raciais são deixadas em segundo plano, abrindo uma brecha para situações de preconceito e desvalorização entre as diversas etnias presentes no ambiente escolar, impedindo por muitas vezes a promoção de um relacionamento interpessoal com respeito e igualdade entre todos.

No currículo escolar predominou por muito tempo as histórias deles em destaque, a representação do branco como homem ideal e os negros e índios como pessoas estranhas e selvagens. “Ao mesmo tempo em que há um silenciosamente das diferenças no campo da educação e isto tem significado a construção de uma héteronormatividade como normalidade, e a estética branca como modelo do belo”. (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; CRUZ, 2011, p. 93).

Por isso, a escola ainda tem muitos conflitos por conta da cor das pessoas. Muitas falas presentes nesse espaço ainda se referem ao negro como feio, de cabelo ruim e atrasado mostrando o preconceito e a discriminação. Uma outra medida foi a criação da Secretaria de Educação Continuada de Alfabetização e Diversidade:

A constituição da SECAD traduz uma inovação institucional. Pela primeira vez, estão reunidos os programas de alfabetização e de cultura de jovens e adultos, as coordenações de educação indígena, diversidade e inclusão educacional, educação no campo e educação ambiental. Esta estrutura permite a articulação de programas de combate à discriminação racial e sexual com projetos de valorização da diversidade étnica. Um dos seus objetivos é tornar a multiplicidade de experiências pedagógicas dessas áreas em modos de renovação nas práticas educacionais. Mais do que uma reunião de programas, a tarefa da nova secretaria é articular as competências e pelas práticas de organizações sociais, em instrumentos de programação da cidadania, da valorização da diversidade e de apoio às populações que vivem em situações de vulnerabilidade social. (BRASIL, p. 5).

Em 21 de maio de 2003, também foi criada a Secretária de Especial Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, e institui a política de promoção da igualdade racial que deveria “promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo”. (BRASIL, 2003).

Então a partir dessas medidas, diferentes ações terão que ser articuladas para que se reverta a exclusão a que a população negra sempre foi vítima e sem dúvida deve iniciar pela escola. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais irão orientar como os gestores e diferentes segmentos da escola colocarão a Lei 10.639 em prática.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esse trabalho teve por objetivo verificar as práticas pedagógicas das professoras que abordam as relações ético raciais na escola de Educação Infantil. Buscamos analisar as atividades aplicadas pelas professoras bem como os livros de literatura que elas utilizam. O estudo se orienta pela pesquisa qualitativa, que permite o pesquisador fazer um estudo de campo e com isso aprofundar por meio de coleta de dados a realidade do campo estudado. Esse tipo de pesquisa:

Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p.21).

A pesquisa de campo permite coleta de dados através de observações e entrevistas no ambiente natural pesquisado. Nesse estudo observei uma sala de aula de uma escola de Educação Infantil do município de Sinop/MT. Sobre a observação veja o que Alarcão e Tavares (1987, p. 103) afirmam:

[...] é o conjunto de atividades destinadas a obter dados e informações sobre o que se passa no processo de ensino/aprendizagem com a finalidade de, mais tarde, proceder a uma análise do processo numa ou noutra das variáveis em foco. Quer isto dizer que o objeto da observação pode recair num ou noutro aspecto: no aluno, no ambiente físico da sala de aula, no ambiente sócio relacional, na utilização de materiais de ensino, na

utilização do espaço ou tempo, nos conteúdos, nos métodos, nas características dos sujeitos, etc.

As observações ocorreram nos meses de setembro a novembro em uma sala de pré II no período matutino. Após as observações foram distribuídos questionários para 11 professoras da escola. O objetivo do questionário foi analisar como ela veemas questões raciais na educação infantil. As professoras serão identificadas por letras do alfabeto, assim garantimos o anonimato da identidade de cada uma. A entrevista foi semiestruturada, definida por Trivinos, (1987, p. 146):

[...] aquela que parte de certos conhecimentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar do conteúdo de pesquisa.

Para complementar a pesquisa foi registrada em um diário de campo, com anotações sobre as observações realizadas para ajudar na análise e escrita do texto. Foram entregues 11 questionários para professoras que estavam em sala de aula na escola, conseguimos recolher 4, as demais professoras, não devolveram ou devolveram o mesmo em branco. O questionário apresentava 10 questões dissertativas para os professores responderem, com os 4 questionários entregues identificamos que 3 professoras são pós-graduadas (Psicopedagogia, Educação Infantil, Alfabetização, Didática e Gestão Escolar) e 1 professora não tem pós-graduação e está no seu segundo ano de concurso municipal.

4 RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: a fala e a prática da sala de aula

Quando falamos de práticas docentes relacionadas com os casos de racismo e preconceito racial, neste texto dentro do espaço escolar, entendemos que, a escola é um espaço privilegiado em que as crianças de diferentes espaços e núcleos familiares, conseguem estabelecer os primeiros contatos com relação à diversidade. Neste momento as vivências e tensões raciais conseqüentemente surgem, esses episódios podem ocorrer de forma natural ou por meio de conflitos,

em que pode segregar, excluir, como consequência as crianças negras passam a ficar introvertidas no espaço que é seu por direito. Dentro do espaço escolar, é visível as relações étnico-raciais quando envolvem a cultura e os padrões estéticos do negro estereotipados. Mesmo a população negra ser a maior no Brasil, esse percentual ainda não foi o suficiente para excluir ideologias, desigualdades, preconceito e racismo.

A discriminação e o preconceito racial que encontramos na escola, representa um quadro de agressões físicas ou psicológicas, assédio, *bullying*. Nessa perspectiva, é papel do professor dentro do espaço escolar, estar preparado para assumir uma postura de interventor para transformar a atual realidade da criança negra dentro da escola.

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminação elaboradas como o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas tem como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negros. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e seguranças para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade da escola, da dívida social que tem em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira. (DCNEI, p. 17).

Dessa forma é preciso permitir que o professor tenha acesso as informações principalmente com o intuito que possa haver uma reflexão sobre conceitos relacionados ao tema, ampliem seus conhecimentos, analisem e reconheçam a organização da sociedade da qual a criança faça parte. A escola em que a pesquisa foi desenvolvida tem registrado em sua proposta pedagógica, uma filosofia de promover a interação das crianças nos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, linguísticos e sociais por meio dos eixos norteadores: interações e brincadeiras. Nessa premissa, nas suas práticas procuram permitir experiências de aprendizagens em contextos significativos quem buscam valorizar a construção da criança.

Segundo o Projeto Político e Pedagógico, a escola tem como responsabilidade social o desenvolvimento integral da criança, atendendo as

necessidades e ampliando as habilidades por meio das interações e brincadeiras no segmento da Educação Infantil. Durante as observações, registrei que as professoras seguem uma rotina dentro e fora da sala, no início da manhã as professoras fazem a oração com as crianças, fazem na oralidade o dia do mês, dia da semana, depois pintam o calendário coletivo, lancham, fazem atividades dirigidas, brincam no parque, no painel de pintura. O que se observa é ainda um conteúdo que não mostra o negro, o índio, a criança deficiente, e se mostra é de forma depreciativa.

Ao entrar diretamente no foco da pesquisa que são as discussões acerca dos episódios de racismo dentro da Educação Infantil, é evidente que ocorre um constrangimento e até mesmo um estranhamento por parte dos professores, ao explicar o tema do texto consegui identificar essas reações, nas respostas, é notório um receio ao transcrever o que realmente norteia as práticas e as vivências dentro da escola. Candau (2003, p. 21 apud ALEXANDRE, 2006, p. 17) menciona que:

A instituição escolar representa um microuniverso social que se caracteriza pela diversidade social e cultural e por, muitas vezes, reproduzir padrões de conduta que permeiam as relações sociais fora da escola. Desse modo as formas de se relacionar com o outro, na escola, refletem as práticas sociais, mais amplas. Podemos dizer que, ainda que valores como igualdade e solidariedade, respeito ao próximo e as diferenças estejam presentes no discurso da escola, outros mecanismos, talvez mais sutis, revelam que o preconceitos e estereótipos também integram o cotidiano escolar.

Assim quando perguntei para as professoras se elas acreditavam que o tema racismo tinha que ser estudado na Educação Infantil, as professoras (A, B, C, e D), afirmaram que é um tema pertinente para ser apresentado dentro da escola. Assim a Professora A, respondeu:

(01) Professora A: Entendo que o tema racismo é estudado nas instituições (Educação Infantil) conforme os acontecimentos em sala, conforme a necessidade, e quando digo racismo em sala me refiro a qualquer raça ou cor. Dessa forma entendo que esse tema é estudado, talvez não de maneira mais ampla, mas é discutido sim.

Já a professora C, complementou a resposta da professora A, e escreveu:

(02) Professora C: Sim. Devemos mostrar a importância de respeitar as diferenças desde os primeiros anos de vida.

Ao analisarmos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, encontramos diversos parágrafos pertinentes que deveriam ser estudados e principalmente valorizados dentro da escola.

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógica, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros. (DCNEI, 2004, p.11-12).

Ao perguntar para as professoras se a cultura negra é incentivada na escola, houve uma discordância nas respostas, o que nos faz analisar se existe uma valorização das diferenças étnico raciais dentro da escola, sendo assim temos as seguintes respostas:

(03) Professora A: Vejo a escola como um grupo muito diversificado, dessa forma, fala-se em várias culturas, sem ser especificadamente a cultura negra. Porém vale ressaltar que há um período do ano que se abrange mais sobre a cultura negra.

Já a professora C, concorda que a cultura negra precisa ser incentivada, mas faz uma ressalva:

(04) Professora C: Sim. Porém, é necessário que haja mais envolvimento por parte dos professores.

Já a professora D, foi sucinta, mas discordou do posicionamento das outras professoras:

(05) Professora D: Não como deveria.

Fundamentado por Alexandre (2006), que enfatiza que as crianças estão inseridas em diferentes espaços sociais, entre eles a escola exerce um papel importante para a construção de quem somos, traz que a escola é o primeiro espaço em que a criança tem a liberdade de expressão, longe da supervisão dos pais.

No processo escolar, a criança negra – e também a branca – constrói seu autoconceito através de sua inserção no mundo, a partir dos julgamentos e comparações aos quais é submetida, tornando-se sensível ao tratamento benevolente ou hostil de outros sujeitos de seu meio social. Este tratamento dado pelos outros sociais proporciona a percepção da autoimagem (imagem corporal) e da autoestima. (SILVA, 1995 apud ALEXANDRE, 2006, p. 33).

Durante o período em que desenvolvi a pesquisa dentro da escola, foi possível constatar que são poucos os momentos em que a criança negra pode se reconhecer dentro do espaço escolar, respeitando os seus traços, suas características e sua história. Uma passagem marcante é a decoração da escola, as portas estão enfeitadas com personagens da literatura infantil (Ariel, Três Porquinhos, Chapeuzinho Vermelho, A pequena Sereia), não identifiquei nenhum personagem da literatura afro-brasileira ou africana. As histórias abordadas nos momentos em que fui bolsista do PIBID também não vi nenhuma história que evidenciava as diferenças raciais de forma positiva. A história da Tia Anastácia é de Monteiro Lobato, é sabido que esse autor retrata essa personagem bem como tio Barnabé e o saci, em suas obras de forma estereotipada. Então questiono como as crianças vão construir sua identidade respeitando suas características, se não é oportunizado para ela se reconhecer no espaço escolar?

Ao responder à pergunta número 4, questionava sobre o currículo na Educação Infantil e se o mesmo tem abertura para a inclusão da Lei nº10.639/2003, todas as professoras afirmaram que sim, a professora C, complementou:

(06) Professora C: Sim. Mas, acredito que poucos professores tenham conhecimento da mesma. E por esse motivo, acredito que a temática é trabalhada de uma forma superficial na educação infantil, pois somente a lei obriga a temática

afro-brasileira somente nos currículos do ensino fundamental e médio, no entanto as Diretrizes Curriculares Nacionais, engloba todos os níveis da educação básica.

Na fala da professora C, fica evidente que falta para os professores interesse em contemplar a Lei nº 10.639/2003, na Educação Infantil. Com isso as cenas mascaradas de racismo dentro da escola crescem cada dia mais, os professores têm dificuldade em trabalhar com a diversidade racial.

[...] por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz a nossa cultura e a nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p. 15).

Durante o período em que estive na escola, pude observar alguns episódios de discriminação e exclusão das crianças negras, os episódios de afeto, e troca de carinhos são mínimos por parte dos professores, incluindo os professores negros que trabalham na escola. Ao responderem sobre o papel do professor de Educação Infantil frente as cenas de racismos, as professoras responderam:

(07) Professora A: Sempre que há uma discriminação por parte de alguma criança, abordamos a necessidade do respeito com o colega independente de sua raça e cor, que somos uma sociedade e que a mesma é composta de diferentes raças e costumes e que todos têm o seu valor.

(08) Professora C: Esse ano trabalhamos a história do Ratinho verde, com base na disciplina de Ciências Humanas, estimulando a interpretação de sentimentos e situações familiares aos pequenos, bem como amizade, confiança, respeito as diferenças e medos. Trago para as aulas músicas e histórias que mostre que temos diferenças, mas que devemos respeitar e amar o próximo, valorizar a individualidade e a história de cada um, e que aceitem e respeitem as diferenças e que tenham orgulho de seu pertencimento (seja negro, branco, pardo, índio) etc.

(09) Professora D: Considerando sempre o respeito entre as pessoas como fundamental para uma boa convivência.

Os professores têm dificuldade em aceitar que a diferença para alguns grupos tem sido sinônimo de desigualdade. Os professores tendem a relativizar a discussão racial combinando-a as outras formas de discriminações (ALEXANDRE, 2006, p. 97).

A partir das falas das professoras, é importante pontuar dois conceitos fundamentais para entender as cenas de racismo, primeiro o Conceito de Preconceito Racial aqui fundamentado por Sant'Ana (2001) e o Conceito de Discriminação Racial, fundamentado por Silva (2001). Assim Sant'Ana (2001), conceitua preconceito racial como:

Uma opinião preestabelecida que é imposta pelo meio, pela época e educação. Ele regula as relações das pessoas com a sociedade. Ao regular ele permeia toda a sociedade, tornando-a uma espécie de mediador de todas as reações humanas. Ele pode ser definido também como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. (SANT'ANA, 2001 apud ALEXANDRE 2006, p. 13)

No mesmo pensamento Silva (2001), traz o conceito de discriminação racial:

[...] como a manifestação comportamental do preconceito, ou seja, a manifestação da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado e mantém os privilégios dos membros do grupo discriminador a custo do prejuízo dos participantes do grupo discriminado (SILVA, 2001 apud ALEXANDRE 2006, p. 13).

Com base nesses dois conceitos, foi possível identificar que o racismo está enraizado inclusive no espaço escolar, recorde que na semana da consciência negra (20 de novembro), ouvi na sala dos professores, uma professora dizer que teria que mudar o seu planejamento porque tinha que fazer alguma coisa para não passar em branco o dia. Então vem o questionamento, o dia do negro é só o dia 20 de novembro?

Afirmar que existe o racismo, preconceito racial ou discriminação, dentro da escola de Educação Infantil, pode soar pesado, mas quando analisamos as ações diárias dos profissionais que ali trabalham, observamos o racismo velado, camuflado por meio de desculpas ou falas mentirosas. Na semana da Consciência Negra, as poucas atividades realizadas pelas professoras foram soltas, sem a contextualização, sem dar a devida importância para essa data que é importante

para os negros. A literatura se limitou ao livro *Menina Bonita do Laço de Fita* e confecção de um bonequinho com o corpo pintado de preto.

Ao responderem se existia episódios de desigualdade ou discriminação racial na escola, 3 professoras afirmaram que existem e 1 professora afirmou que não havia dentro da escola.

(10) Professora A: Sim. As vezes nas briguinhas de crianças se houve palavras ofensivas como sua negra ou sua azeda, polaca ou algo do gênero, porém ao chegar ao conhecimento do professor é explicado aos mesmos que somos todos iguais, mas cada um com suas particularidades.

(11) Professora C: Nos momentos de pintura as crianças queriam sempre o lápis de cor bege, pois diziam ser “cor de pele”, então peguei o lápis marrom e fui colocando próximo do antebraço deles usei várias cores e disse que não era só aquele lápis que poderia ser usado como cor de pele, pois tínhamos outras cores que também parecem com a cor de nossa pele. Hoje eles usam outras cores para pintar a pele.

A professora B, informou que não existem episódios de desigualdade ou discriminação racial dentro da escola, então ela escreveu:

(12) Professora B: Não, quando as diferenças são trabalhadas para o entendimento das crianças.

Eliane Cavalleiro (2000) pesquisou como crianças negra de uma creche pública da Rede Municipal de São Paulo e descobriu que as crianças negras são discriminadas; tratadas diferentes pelo professor. Entre as crianças havia falas preconceituosas e os professores não faziam nada. “O preconceito acontecia de forma não verbal [...] formas de tratamentos, atitudes, gestos, tons de voz e outras que transmite valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios [...] (CAVALLEIRO, 2000, p.98). Quando perguntei qual o papel da escola frente as questões de desigualdade e discriminação racial, as professoras responderam:

(13) Professora C: Formar cidadãos. Ser uma escola compromissada com a educação voltada para valores universais e comprometida com a qualidade do ensino sem esquecer que todos têm direitos iguais homens, mulheres, crianças, negros, brancos, ricos, pobres, católicos, evangélicos, heteros ou homossexuais, tornando assim um espaço democrático e livre de preconceitos.

(14) Professora A: Abordar com o grupo a necessidade e a importância da igualdade, respeito, independentemente de raça, cultura ou qualquer coisa do gênero. Somos uma sociedade e a mesma é composta por várias etnias, cada qual com sua importância, nem mais nem menos, todos iguais.

Essas falas de todos são iguais revela o daltonismo cultural (MOREIRA, 2006) dos professores, pois não percebem as diferenças existentes na escola e homogeneiza os alunos. Ao entregar os questionários para as professoras foi possível notar o estranhamento com o tema, e durante as semanas, notei que muitas evitaram cruzar comigo nos corredores da escola, no dia marcado para recolher os questionários, teve professora que se escondeu para não ter que me falar que não respondeu o questionário.

Esse descaso do professor com o questionário pode ser comparado com o descaso com as crianças negras dentro do espaço escolar. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil traz que uma proposta pedagógica para a educação infantil precisa atender:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à integração com outras crianças. (BRASIL, 2010, p. 18).

Para que haja um trabalho de sensibilização para com as professoras é preciso formação inicial e continuada constantemente, articular projetos as práticas pedagógicas já existentes, envolvendo todos os profissionais da educação, para que os mesmos tenham conhecimento da legislação, para que posteriormente se faça cumprir a Lei 10.639/2003 na Educação Infantil, para que assim a escola assuma a

sua função social efetivamente, procurando minimizar a discriminação e as desigualdades raciais dentro do espaço escolar. A pergunta seguinte foi elaborada para saber se a proposta da escola reserva algum momento para a valorização da cultura africana na escola, as professoras afirmaram que sim, e, complementaram as suas respostas:

(15) Professora A: Cada professor tem a liberdade de propor em sala uma aula diferente. Dessa forma fica a critério das aulas programadas pelo professor. Porém em novembro, mês da Consciência Negra se dá mais ênfase a cultura africana.

(16) Professora C: Trabalhamos o projeto institucional Eu, tu e nós – Identidade e também no mês de abril e novembro damos ênfase nessas duas culturas mostrando a sua importância na formação da nossa sociedade, como os alimentos, danças, costumes, músicas etc.

Ao retornar para a escola para continuar a observação no dia 22/10/2017, a professora em sala não fez nenhuma contextualização sobre o feriado, não utilizou nenhuma literatura temática, não fez roda de conversa. Conforme as respostas dos professores, eles fazem alusão ao dia, mas não fazem contextualização, o tema surge por obrigação, de forma fragmentada e isolada, não por um planejamento visando à formação social da criança bem como fruto de um debate crítico originado de um currículo que insere todas as diferenças e diversidades existentes na escola de educação infantil.

A última pergunta do questionário foi se as professoras receberam alguma formação para trabalhar as questões raciais dentro da escola, 2 professoras responderam que sim e as outras duas responderam que não.

(17) Professora B: Sim, a formação foi com a professora Ivonete em parceria com a Secretaria Municipal de Educação em 2009.

(18) Professora D: Sim. Muito. Porém acredito que falta construir uma cultura, consolidar essa prática.

Já as professoras A e C, responderam que não receberam formação pela Secretaria Municipal de Educação e complementaram:

(19) Professora A: Não. Toda e qualquer forma de incentivo é de suma importância para a melhoria de aprendizagem de como trabalhar essas questões com as crianças. São questões que são faladas em formações, mas não me recordo que tenha participado de alguma formação específica para trabalhar a questão racial.

(20) Professora C: Apenas na graduação. Seria interessante se isso fosse incluído na formação continuada de professores e que tivesse a oferta de material didático específico.

Com as respostas fica a reflexão, como existir uma valorização da criança negra dentro da escola se nem a Secretaria de Educação do município, promove ação para que os professores tenham acesso aos conteúdos e práticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo verificar as práticas pedagógicas existentes no ambiente escolar, principalmente na escola de educação infantil com relação as discussões acerca da Lei 10.639/03 e suas aplicabilidades no ambiente escolar. Observei que as literaturas utilizadas no período em que fiz observações pouco contemplam a temática racial, questões como racismo e preconceito não aparecem nos livros que a professora utilizou muito menos em sua prática cotidiana. Em relação como as professoras vêm essas as questões da diversidade racial e diferenças culturais constatei que elas reconhecem a importância, no entanto, relativiza o preconceito racial a outras formas de discriminação. Por exemplo, comparando uma ofensa racial a um insulto, sua preta a branca azeda. As professoras reconhecem que é preciso fazer mais por essa temática na escola e que ela ainda é apenas contemplada apenas na semana da consciência negra.

Isso mostra que as professoras desconhecem as diretrizes nacionais curriculares para a educação das relações étnico raciais-DNCERER bem como o conteúdo da lei 10.639, que diz que o tema deve perpassar por todas as áreas de

conhecimentos articuladas a propostas pedagógicas e inseridas no currículo. A formação inicial e continuada deixa a desejar no que se refere a estudos sobre a temática envolvendo as professoras que atuam na educação infantil e no ensino fundamental. Tanto a universidade e quantos os setores responsáveis pela formação tem deixado a desejar no papel que lhes compete.

RACIAL RELATIONS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: a study on pedagogical practices

ABSTRACT²

The interest for this investigation arose from the intention to verify pedagogical practices existing in preschool level, regarding discursions about Law 10.639/03 and their applicability in the school environment. For this research, it was taken into consideration schooling trajectory, culture and phenotypic traits of black child in early childhood education. The research was qualitative-investigative. It is possible to conclude that school works very little on this subject, not complying with what is determined by Law 10.639. The teachers recognize the importance of this kind of working, but the activities that are carried out involving the theme are restricted to the black conscience week.

Keywords: Early Childhood Education. Law 10.639/03. Pedagogical practices.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I.; TAVARES, J. **Supervisão da Prática Pedagógica, uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem**. Coimbra: Livraria Almedina, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais- Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias**. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.

² Abstract confeccionado pela Professora Mestre Betsemens B. de Souza Marcelino. Professora interina do curso de Letras da UNEMAT-Sinop, mestra em Estudos da Linguagem pela UFMT/Cuiabá, graduada em Licenciatura Plena em Letras-Português/Inglês pela UNEMAT/Sinop.

_____. **Lei 10639/03**, de 09 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Disponível em: <
<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98883/lei-10639-03>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio escolar ao silêncio do lar-Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MINAYO, M. C. S, (Org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PROFESSORA A. **Professora A**: depoimento [jun. 2017]. Entrevistador: Milton Bispo de Souza. Sinop, 2017. 3 f. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre práticas pedagógicas.

PROFESSORA B. **Professora B**: depoimento [jun. 2017]. Entrevistador: Milton Bispo de Souza. Sinop, 2017. 3 f. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre práticas pedagógicas.

PROFESSORA C. **Professora C**: depoimento [jun. 2017]. Entrevistador: Milton Bispo de Souza. Sinop, 2017. 3 f. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre práticas pedagógicas.

PROFESSORA D. **Professora D**: depoimento [jun. 2017]. Entrevistador: Milton Bispo de Souza. Sinop, 2017. 3 f. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso sobre práticas pedagógicas.

TRIVIÑOS, Augusto Nilbaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

Correspondência:

Milton Bispo de Souza. Graduando em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), Sinop, Mato Grosso, Brasil. E-mail: bisposouza2016@hotmail.com

Recebido em: 24 de abril de 2018.

Aprovado em: 28 de maio de 2018.